



Bruxelas, 21 de junho de 2019
(OR. en)

10414/19

SOC 495
EMPL 383
ECOFIN 648
EDUC 326
SAN 309
GENDER 29
ANTIDISCRIM 19

NOTA

de: Secretariado-Geral do Conselho
para: Delegações

Assunto: A economia do bem-estar
– Resumo do documento de referência da OCDE intitulado "Criar
oportunidades para o bem-estar das pessoas e o crescimento económico"

Junto se envia, à atenção das delegações, o resumo do documento de referência da OCDE em epígrafe.

O documento de referência consta do doc. 10414/19 ADD 1.

A economia do bem-estar

Resumo do documento de referência da OCDE intitulado "Criar oportunidades para o bem-estar das pessoas e o crescimento económico"

O bem-estar como bússola estratégica

O interesse em medir o desempenho económico e o progresso societal "para além do PIB" é incontestável. A este respeito, reconhece-se cada vez mais que tomar em consideração o PIB como única bússola não proporciona aos decisores políticos uma visão suficientemente completa e precisa da forma como a economia serve os cidadãos ou do impacto a longo prazo do crescimento na sustentabilidade. A UE foi uma das primeiras instituições a reconhecer a importância desta agenda.

A OCDE tem desempenhado um papel destacado no desenvolvimento da noção de "bem estar pluridimensional" enquanto instrumento estratégico, de investigação e de medição, através de instrumentos como o *OECD Well-being Framework* (Quadro da OCDE para o bem-estar), o *OECD Framework for Policy Action on Inclusive Growth* (Quadro da OCDE para a Ação Estratégica relativa ao Crescimento Inclusivo), a *Better Life Initiative* (Iniciativa Vida Melhor) e a *New Approaches to Economic Challenges Initiative* (Iniciativa Novas Abordagens dos Desafios Económicos). O potencial para melhorar as decisões estratégicas e os seus resultados, com base numa noção pluridimensional do bem-estar, é significativo. Centrando-se nos resultados transversais das múltiplas dimensões que interessam às pessoas, os decisores políticos podem identificar melhor os domínios de bom desempenho, detetar desafios e áreas de tensão numa fase precoce, e definir prioridades de forma mais eficaz.

De uma agenda de medição para uma agenda de ação: a economia do bem-estar

A "economia do bem-estar" pode ser definida como uma economia que:

- i) alarga a oferta de oportunidades às pessoas em termos de mobilidade social ascendente e de melhoria das suas vidas nas dimensões que mais lhes interessam;
- ii) assegura que essas oportunidades se traduzem em resultados de bem-estar para todos os segmentos da população, inclusive aqueles que se encontram no escalão inferior;
- iii) reduz as desigualdades; e
- iv) assegura a sustentabilidade ambiental e social.

Proporcionando às pessoas oportunidades de maior bem-estar e ajudando-as a concretizar essas oportunidades, os decisores políticos não só estão a promover o bem-estar como bem intrínseco, como estão também a investir no potencial das pessoas como fator essencial para o crescimento económico de longo prazo, a resiliência societal e a estabilidade. Do mesmo modo, prestando atenção à sustentabilidade do bem-estar ao longo do tempo, os decisores políticos podem maximizar o potencial de crescimento económico de longo prazo e proteger melhor as suas economias de choques adversos. Em ambos os casos, a "economia do bem-estar" procura estabelecer e manter um "círculo virtuoso" em que ambos os elementos – crescimento económico sustentável e bem-estar – funcionam conjuntamente em benefício das pessoas e da sociedade.

Como construir economias de bem-estar?

O presente documento procura mostrar de que forma os países podem construir economias de bem-estar, e especificar o papel que as políticas podem desempenhar na consecução desse objetivo. Apresenta também uma análise de diversos canais importantes através dos quais o crescimento económico e o bem-estar se sustentam e reforçam mutuamente, destacando uma série de domínios de intervenção essenciais tanto para o bem-estar como para o crescimento: i) educação e formação; ii) cuidados de saúde; iii) proteção social e redistribuição; e iv) igualdade de género.

Em primeiro lugar, o documento defende que o investimento no bem-estar das pessoas lança os alicerces de um crescimento económico de longo prazo mais sólido e mais sustentável. Em especial, o alargamento das oportunidades de acesso à educação e a cuidados de saúde de elevada qualidade, e a promoção de sistemas de proteção social inclusivos que promovam a resiliência e a mobilidade social têm constituído um poderoso efeito de alavanca para ativar o círculo virtuoso que caracteriza a "economia do bem-estar". Em segundo lugar, o documento defende que, para que o retorno de investimento seja total, é necessário que esses investimentos se traduzam numa melhoria do bem-estar para todos os segmentos da população. Assim sendo, salienta a importância de eliminar a desigualdade de género no acesso a empregos de qualidade.

Educação

Os benefícios de uma *educação* mais longa e melhor vão além dos seus efeitos no crescimento do PIB e abrangem muitas outras dimensões do bem-estar. Por exemplo, **nos países da OCDE, as pessoas com elevadas habilitações literárias vivem em média cerca de seis anos mais do que as pessoas com menores habilitações literárias**. Têm taxas de emprego mais elevadas, menos insegurança no mercado de trabalho e menos pressão no trabalho, embora o impacto de uma educação mais longa no equilíbrio entre vida profissional e familiar possa ser negativo. As tentativas de quantificar o impacto líquido total da educação no bem-estar demonstram que o **retorno da educação mais do que duplica quando se contabilizam os benefícios em termos de saúde e de emprego**.

As políticas podem melhorar o bem-estar e aumentar o desempenho económico através do alargamento do acesso a uma educação de elevada qualidade para todos os segmentos da população. Constituem uma alavanca significativa para tal uma maior frequência do ensino pré-primário, uma maior autonomia das escolas e das universidades, um rácio aluno-professor mais baixo, menores diferenças (e maior facilidade de passagem) entre o ensino académico e o ensino profissional, e menos obstáculos ao financiamento de estudantes no nível superior. É essencial que se reduzam as desigualdades de acesso e de oportunidades na escola para promover melhores resultados escolares, uma vez que os países com níveis de desigualdade elevados na educação e nas competências registam também um desempenho escolar médio inferior. Do mesmo modo, poderá melhorar-se de forma significativa o âmbito, a orientação e a eficiência da formação e da aprendizagem ao longo da vida. **Só cerca de 40 % dos adultos nos países da OCDE participam em atividades de educação de adultos em cada ano**, havendo alguns grupos – nomeadamente aqueles com menores habilitações literárias – muito menos suscetíveis de participar em atividades de educação de adultos.

Cuidados de saúde

A *saúde* é um direito humano fundamental e um fator essencial para o bem-estar. Do lado positivo, a melhoria do estado de saúde contribui para o aumento do crescimento económico através de um maior investimento na educação, uma maior participação no mercado de trabalho e poupanças mais importantes. Do lado negativo, os problemas de saúde impõem encargos económicos significativos à sociedade e às finanças públicas, além dos seus custos humanos. Por exemplo, **estima-se que os custos totais com as doenças mentais sejam superiores a 4 % do PIB – ou seja, mais de 600 mil milhões de euros** – nos 28 países da UE. Todos os anos, cerca de **550 000 pessoas em idade ativa na UE morrem prematuramente devido a doenças não transmissíveis, o que representa uma perda anual de 3,4 milhões de anos de vida e de 115 mil milhões de euros em potencial económico**. O impacto do estado de saúde noutras dimensões do bem-estar vai muito além dos seus efeitos no crescimento do PIB. Começa por se verificar na educação, uma vez que o aumento da longevidade aumenta o retorno do investimento na educação ao longo da vida, ao passo que a falta de saúde reduz o desenvolvimento cognitivo e os resultados escolares das crianças. A saúde é também um fator determinante do emprego e do bem-estar subjetivo.

As políticas podem melhorar o bem-estar e aumentar o desempenho económico assegurando o acesso a cuidados de saúde de elevada qualidade para todos os segmentos da população. Constituem uma alavanca significativa para tal as políticas destinadas a melhorar a eficácia dos sistemas de saúde, nomeadamente alargando a gama de bens e serviços abrangidos pelos cuidados de saúde primários. **As medidas preventivas e os elevados níveis de proteção da saúde representam um investimento essencial, uma vez que têm frequentemente uma melhor relação custo-eficácia** do que o tratamento *ex post* dos problemas de saúde supervenientes. **As medidas que contribuem para melhorar a saúde mental deverão também constituir prioridades políticas**, tais como o desenvolvimento de programas de diagnóstico e de apoio mais sistemáticos (em especial na escola, durante a gravidez e no período perinatal), a promoção da não discriminação no trabalho e a redução do *stress* no local de trabalho. De mesmo modo, um **estudo realizado nos 36 países da OCDE, nos 28 países da UE e nos países do G20 concluiu que as estratégias de comunicação e as intervenções estratégicas junto da população com o intuito de melhorar os regimes alimentares e a atividade física poderiam ajudar a poupar até 58 mil milhões de euros na totalidade dos orçamentos da saúde até 2050**. A redução das desigualdades de acesso é também fundamental para promover melhores resultados no domínio dos cuidados de saúde, uma vez que a proporção de pessoas com problemas de saúde tem um peso considerável nos principais indicadores de saúde. Além disso, as desigualdades no domínio da saúde são frequentemente estratificadas segundo linhas económicas, educacionais ou profissionais. Por exemplo, **as necessidades de cuidados não supridas são substancialmente mais elevadas nos grupos de baixos rendimentos**.

Proteção social e redistribuição

A *proteção social e a redistribuição* afetam o bem-estar e o crescimento económico através de dois mecanismos principais. Em primeiro lugar, as transferências sociais protegem as pessoas da volatilidade económica e ajudam-nas a recuperar mais rapidamente de choques adversos. Em segundo lugar, podem evitar que a desigualdade nos resultados atuais se traduza em desigualdade de oportunidades para as gerações seguintes, nomeadamente nos domínios da saúde, da educação e do mercado de trabalho. Assim sendo, **a proteção social contribui para aumentar a resiliência socioeconómica e promove o investimento em capital físico e humano, bem como um crescimento económico mais elevado**. Investigações recentes da OCDE confirmam que os sistemas de proteção social e de redistribuição mais inclusivos podem ser associados a um maior crescimento do PIB, ao passo que uma maior desigualdade de rendimentos constitui um travão ao desempenho económico. O impacto da proteção social e da redistribuição não se limita aos seus efeitos sobre os rendimentos. Está comprovado que a proteção social e uma certa redistribuição dos rendimentos estão associadas a um maior bem-estar subjetivo.

As políticas podem melhorar o bem-estar e aumentar o desempenho económico promovendo sistemas de proteção social mais inclusivos e reduzindo a desigualdade de oportunidades e de resultados. *A nova estratégia da OCDE para o emprego* sublinha o facto de que a existência de **regimes de segurança e assistência social bem concebidos, se combinada com políticas ativas do mercado de trabalho e com políticas de incentivo à procura de mão de obra, se pode revelar muito eficaz na proteção das pessoas, ao mesmo tempo que apresenta melhores resultados no mercado de trabalho**. Os efeitos podem ser importantes, nomeadamente para as famílias da classe média que enfrentam maiores riscos de mobilidade social descendente. **Os países da OCDE que gastam mais em programas ativos do mercado de trabalho (PAMT) tendem a ter uma percentagem mais baixa de agregados familiares com rendimentos médios a descerem na escala de distribuição do rendimento**. A fim de apoiar a consecução destes objetivos, há margem em muitos países para tornar o sistema de imposto sobre o rendimento mais progressivo, em especial para os rendimentos mais elevados, e mais equitativo para a classe média.

Igualdade de género

Além do valor intrínseco de que se reveste, a promoção da *igualdade de género* beneficia as sociedades e as economias de diferentes formas. **O aumento da taxa de emprego e das horas trabalhadas das mulheres permitirá obter ganhos de produtividade e um maior crescimento do PIB.** Pode ainda reduzir a desigualdade de rendimentos, servir de apoio aos rendimentos dos agregados familiares em períodos de contração económica e consolidar a classe média. **Para a UE, melhorar a igualdade de género poderá conduzir a um aumento do PIB total que poderá chegar a 9,6 % em 2050.** As tendências atualmente observadas em matéria de esperança de vida e de taxas de fertilidade vêm reforçar a necessidade de aumentar a participação das mulheres na força de trabalho. Além disso, apesar de um aumento das taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho, as desigualdades de género em termos de acesso a empregos de qualidade continuam a ser significativas. As mulheres empregadas são mais suscetíveis de trabalhar a tempo parcial, por salários mais baixos e em setores menos lucrativos.

As políticas podem melhorar o bem-estar e aumentar o desempenho económico contribuindo para reduzir a disparidade de género no acesso a empregos de qualidade. Para tal, é necessário dar resposta à desigualdade de género no mercado de trabalho, mas também na educação e na prestação não remunerada de cuidados. **As questões de género estão intrinsecamente ligadas a políticas em prol da família – em matéria de férias pagas, apoio à prestação de cuidados e regimes flexíveis no local de trabalho –** que ajudam tanto os homens como as mulheres a conciliar melhor a vida profissional com a vida privada e a alcançar um maior bem-estar. As políticas que conciliam a vida profissional e familiar, nomeadamente através de serviços de educação e acolhimento de qualidade na primeira infância, podem criar condições de concorrência equitativas compensando as desvantagens existentes em casa, permitindo que as mulheres progridam na carreira e evitando a transmissão das desvantagens aos filhos. Em especial, **a melhoria do acesso a programas de acolhimento e pré-escolares de boa qualidade é fundamental para a igualdade de género e para proporcionar às crianças o melhor início de vida possível.** É igualmente necessário envidar mais esforços no combate à violência contra as mulheres. Em toda a UE, **só 14 % das mulheres que declaram ter sido vítimas de violência doméstica dizem ter contactado a polícia** em relação ao incidente mais grave.

Uma estratégia de bem-estar para a UE

De um modo geral, o presente documento vem comprovar que o bem-estar deixou de ser um interessante apontamento marginal. Pelo contrário, merece um lugar mais central no processo de tomada de decisões económicas, o que tem implicações significativas para as políticas:

- **Há que redefinir prioridades em termos de investimento para ter em conta as ligações entre os resultados de bem-estar e o crescimento económico de longo prazo** de modo a preservar o círculo virtuoso que caracteriza a "economia do bem-estar".
- **Os efeitos das políticas precisam de ser devidamente avaliados a fim de minimizar o seu impacto negativo no bem-estar e no crescimento de longo prazo**, nomeadamente no contexto do ajustamento orçamental.
- **As desigualdades nos resultados em termos de bem-estar deverão constituir uma preocupação fundamental das políticas. Para lhes dar resposta, será necessária uma abordagem coerente e integrada que mobilize toda a administração pública**, uma vez que as desigualdades tendem a estar correlacionadas em diferentes dimensões e ligadas a uma série de políticas.
- **A criação de uma economia do bem-estar não é apenas uma missão da administração pública. O setor privado pode também contribuir para este objetivo de diferentes formas.** A criação de parcerias público-privadas eficazes para a promoção do bem-estar e a mobilização do financiamento privado para o investimento com impacto social podem constituir uma forma inovadora de resolver os desafios do financiamento.

Como próxima etapa, as recomendações estratégicas apresentadas neste documento de referência poderão ser mais desenvolvidas, com o objetivo de informar uma *estratégia de bem-estar e sustentabilidade para a UE* orientada para a ação.